

Designação da Ação: Reflexão sobre as Práticas Educativas na Escola**Modalidade:** curso**Duração:** 15 horas presenciais**Área de formação:** Relação pedagógica e relações humanas**Domínio de formação:** Aspetos pedagógicos da ação educativa**Destinatários:** Assistentes Operacionais e Encarregados Operacionais**Enquadramento no contexto profissional:**

A fim de responder às necessidades do contexto educativo e da comunidade, e de dar resposta ao Plano Escola+ 21/23, os Agrupamentos têm investido cada vez mais na promoção de competências socioemocionais e na promoção da saúde psicológica e bem-estar das crianças, adolescentes, das famílias e da/os profissionais. Neste sentido, têm sido dinamizadas várias ações, ações de formação e projetos neste âmbito. Esta formação surge com o objetivo de motivar o pessoal não docente, para o trabalho em equipa, para a cooperação, partilha e capacidade de resiliência em ultrapassar obstáculos/desafios no domínio das atividades desenvolvidas na escola.

Cuidar de quem educa, nomeadamente, da/os assistentes operacionais, é fundamental para proporcionar a resiliência, saúde psicológica e bem-estar do ecossistema escolar, para promover maior inclusão e mudança. Pretendendo criar uma atmosfera positiva entre os elementos desta ação e em simultâneo considerar um conjunto de estratégias pedagógicas que podem ser fundamentais no desenvolvimento da/os assistentes operacionais no contexto escolar. A partilha de reflexões, a troca de experiências entre todos será benéfica para estes profissionais (Biblioteca Humana).

Justificação da ação em função dos destinatários:

A promoção da igualdade entre homens e mulheres constitui uma das tarefas fundamentais do Estado, prevista na alínea b) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa. Trata-se de um dos pilares em que assenta o nosso estado de direito democrático e um fator de coesão social e territorial, para além de se constituir como uma condição para o desenvolvimento sustentável da nossa sociedade.

O Pacto Europeu para a Igualdade entre Homens e Mulheres (2011-2020), adotado em 7 de março de 2011, sublinha que as políticas de igualdade entre homens e mulheres são vitais para o crescimento, a prosperidade e a competitividade, apelando a uma ação urgente para promover a igualdade de participação dos homens e das mulheres no processo de tomada de decisão a todos os níveis e em todos os domínios, de modo a tirar pleno partido de todos os talentos existentes.

Esta jornada é dirigida especificamente a estes profissionais, a fim de os auxiliar no papel que desempenham como agentes de educação, considerando a proximidade que no quotidiano têm junto dos alunos. O fenómeno da violência nas escolas é uma realidade que tem vindo a ter uma visibilidade social cada vez maior e a assumir proporções inquietantes. Constitui uma preocupação, dadas as consequências negativas destes comportamentos para o desenvolvimento e para a saúde mental das crianças e jovens envolvidos, assim como para o ambiente geral da escola.

Os profissionais de educação deparam-se frequentemente, com crianças e jovens que apresentam sinais de falta de cuidado e de afeto, fortes reações emocionais, marcas físicas, traumas psicológicos, do mais leve ao mais alto grau, que podem ser resultado da violência, por ação ou por omissão, praticada no seio familiar, mas também da violência operada em contexto escolar.

Nesse enquadramento, questionam-se sobre os limites da sua responsabilidade profissional e perguntam-se: o que fazer, quem procurar, a quem encaminhar? É seu dever, acima de tudo, protegê-los, escutando-os e ajudando-os a encaminhar e a resolver a situação. Para tal, precisam conhecer o que é a violência contra crianças e jovens, saber reconhecer os sinais de sofrimento físico, sexual e emocional, as situações de risco, nas suas várias formas, a fim de intervir com competência. Só assim poderão promover a prevenção da violência e proteger as crianças e jovens da violência intrafamiliar e extrafamiliar.

Urge dotar os profissionais discentes de uma maior consciencialização de igualdade de género e da não discriminação acompanhada de uma prática pedagógica assertiva, capaz não só de proteger o aluno em contexto escolar assim como dotá-lo de recursos que ajudem a identificar, operar e denunciar situações de não igualdade de género e de discriminação.

Objetivos:

Pretende-se que, no final da formação, considerando os riscos psicossociais apresentados no ano letivo anterior (Questionário de avaliação dos riscos/COPSOQ-II), se verifique uma melhoria das competências socioemocionais, do sentimento de bem-estar e qualidade de vida; maior participação e cooperação entre os assistentes operacionais no ecossistema escolar; desenvolver estratégias para lidar com questões desafiantes na educação; desenvolver competências de empatia, de resolução de conflitos e comunicação eficaz; incentivar a reflexão acerca da identidade pessoal, promover uma cultura de diálogo e paz, numa prática de autoconhecimento, promovendo a autoestima e a

autoconfiança, num olhar mais profundo sobre si próprio e o outro, num exercício desafiante de empatia; aumentar a consciência das dinâmicas existentes nas relações interpessoais; adquirir ferramentas/estratégias que facilitem a comunicação interpessoal e a gestão de conflitos através da comunicação empática e da escuta ativa;

Conteúdos:

Compreender como os vários pontos de vista enriquecem a interpretação de uma realidade; Promover a coesão grupal; Refletir acerca da resiliência e superação de obstáculos, num ultrapassar de desafios; Proporcionar situações de superação de obstáculos/barreiras; Refletir acerca da perseverança, persistência e superação; Aumentar a consciência e reflexão sobre a superação de desafios e obstáculos pessoais/profissionais; Identificar aprendizagens consequentes; Sensibilizar para o respeito e aceitação das diferenças interpessoais; Compreender e identificar as estratégias utilizadas na mediação de conflitos; Explorar possíveis soluções para alcançar os objetivos; Capacitar para a resolução de problemas, trabalho em equipa e cooperação; Promover a partilha e a reflexão de aprendizagens e sentimentos; Reenquadrar positivamente as situações vivenciadas; Desenvolver competências de autorregulação emocional; Ponderar o impacto das estratégias nas diferentes áreas da vida; Dirigir a atenção para o processo de adaptação e de mudança/transformação; Refletir acerca das implicações práticas da formação; Identificar pontos fortes da formação, bem como sugestões de melhoria para o projeto; Transferir estas estratégias de desenvolvimento pessoal para a prática profissional, como agente de mudança.

Avaliação:

Regime presencial - mínimo 2/3 de presenças;

Avaliação quantitativa e qualitativa dos (as) formandos (as), pelo menos com um trabalho individual escrito.

Os (as) formandos (as) serão avaliados (as) tendo em consideração os seguintes referenciais/critérios e instrumentos, para além da autoavaliação:

Pontualidade, interesse demonstrado, participação e produção; resultados das atividades das sessões e da formação global; elaboração de trabalho final ou relatório crítico individual.

A avaliação será quantitativa, numa escala de 1 a 10, com a correspondente menção qualitativa, de acordo com a lei em vigor.

Bibliografia:

- Ministério da Educação (2022). Saúde Psicológica e Bem-Estar. Observatório de Saúde Psicológica e Bem-estar: Monitorização e Ação. Lisboa: Equipa Aventura Social: Margarida Gaspar de Matos (Coord. Científica), Cátia Branquinho, Catarina Noronha, Bárbara Moraes, Osvaldo Santos, Marina Carvalho, Celeste Simões, Adilson Marques, Gina Tomé, Fábio B. Guedes, Ana Cerqueira, Rita Francisco Tânia Gaspar; Direção-Geral da Educação: José Vítor Pedroso;
- Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar: José Verdasca; Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência: Nuno Neto Rodrigues; Colaboração: Sofia Ramalho/ Ordem dos Psicólogos Portugueses e Pedro Cunha/Fundação Calouste Gulbenkian. Retirado de <https://www.dgeec.mec.pt/np4/1357.html>
- Ordem dos Psicólogos Portugueses (2020). Contributo OPP – O Custo do Stress e dos Problemas de Saúde Psicológica no Trabalho, em Portugal. Lisboa: OPP. Ordem dos Psicólogos Portugueses (2018). Formação sobre Fatores psicossociais; Pinho, R. (2015).